

Artigo

Agronegócio e a extrema-direita bolsonarista: Simbiose que engendra e amplia a barbárie socioambiental no Brasil

Warllen Torres Nannini

55

Resumo

O agronegócio configura-se como um setor econômico complexo devido ao leque de relações estabelecidas entre os diferentes agentes que compõem a sua ossatura material. No entanto, suas principais entidades patronais se apresentam como um partido político monolítico, organizado e bem articulado quando o assunto é a defesa de interesses do setor. Grupo que impõe um conjunto de ações para desconstruir as regras e burlar as leis que possam atrapalhar o avanço do capital sobre a totalidade das relações sociais. Este trabalho, destaca a ampliada hegemonia do agronegócio no atual bloco de poder, cujos representantes ocupam metade dos assentos da Câmara e do Senado, além de cargos de destaque no último governo (2019-2022). Nesse caminho, transformaram o aparato institucional do Estado em um mecanismo que cria imunidades implícitas, legalizando o desmatamento e a violência no campo, através de leis e normas que favoreceram a manutenção e ampliação do quadro histórico trágico que o país vive, seja na esfera social, econômica ou ambiental. Assim, o agronegócio consolidou-se como umas das principais bases de sustentação da Extrema-Direita bolsonarista com sua agenda política amplamente favorável ao supracitado modelo. Relação que expande e aprofunda as desigualdades sociais e a degradação ambiental no Brasil.

Palavras-chave: Agronegócio; Extrema Direita; Bolsonarismo; Patronato Rural.

Agribusiness and the Bolsonaroist far-right: A symbiosis that engenders and amplifies socio-environmental barbarism in Brazil

Abstract

Agribusiness is a complex economic sector due to the range of relationships established among the different agents that make up its material framework. However, its main employers present themselves as a monolithic political party, organized and well-articulated when what is at stake is the defense of the sector's interests. It is a group that imposes a set of actions to deconstruct the rules and circumvent the laws that can hinder the advance of capital over the totality of social relations. This work highlights the expanded hegemony of agribusiness in the current power bloc, whose representatives occupy half of the seats in the House and Senate, as well as prominent positions in the last government (2019-2022). On this path, they have transformed the State's institutional apparatus into a mechanism that creates implicit immunities, legalizing deforestation and violence in the countryside, through laws and norms that have favored the maintenance and expansion of the tragic historical picture that the country is currently experiencing, whether in the social, economic, or environmental sphere. Thus, agribusiness has consolidated itself as one of the main bases of support for the Bolsonaroist Far-Right, with its political agenda largely favorable to the aforementioned model. It is relationship that expands and deepens social inequalities and environmental degradation in Brazil.

56

Keywords: Agribusiness; Extreme Right; Bolsonaroism; Rural Patronage.

El agronegocio y la ultraderecha bolsonarista: Una simbiosis que engendra y amplifica la barbarie socioambiental en Brasil

Resumen

La agroindustria se configura como un sector económico complejo debido al abanico de relaciones que se establecen entre los diferentes agentes que conforman su osatura material. Sin embargo, sus principales patronos se presentan como un partido político monolítico, organizado y bien articulado cuando el tema es la defensa de los intereses del sector. Este grupo impone un conjunto de acciones para deconstruir las reglas y eludir las leyes que podrían obstaculizar el avance del capital sobre la totalidad de las relaciones sociales. Este trabajo, destaca la ampliada hegemonía del agronegocio en el actual bloque de poder, cuyos representantes ocupan la mitad de los escaños en la Cámara y el Senado, así como posiciones destacadas en el último gobierno (2019-2022). En este camino, han transformado el aparato institucional del Estado en un mecanismo creador de inmunidades implícitas, legalizando la deforestación y la violencia en el campo, a través de leyes y normas que han favorecido el mantenimiento y la amplificación del trágico marco histórico que vive el país, ya sea en el ámbito social, económico o ambiental. Así, el agronegocio se ha consolidado como una de las principales bases de apoyo de la

ultraderecha de Bolsonaro, con su agenda política ampliamente favorable al modelo mencionado. Relación que amplía y profundiza las desigualdades sociales y la degradación ambiental en Brasil.

Palabras clave: Agroindustria; Extrema Derecha; Bolsonarismo; Clientelismo Rural.

Introdução

Desde a colonização europeia, a exploração dos recursos naturais marca a geopolítica de diversos países da América Latina, consolidando nessa região do continente americano o modelo de desenvolvimento agroexportador extrativista. Esse modelo de desenvolvimento ampliou os impactos ambientais e engendrou um processo agudo de desindustrialização em diversos países, como, por exemplo, o Brasil (FIRMIANO, 2020).

Segundo Oliveira (2016), fixar a base da economia na exportação de produtos primários, ou fazer da exportação de *commodities* o carro-chefe da economia brasileira, direciona o país para um futuro em que as estruturas coloniais, como, por exemplo, o latifúndio e a monocultura (ainda presentes no espaço agrário nacional), sejam perpetuadas. O Brasil, por vender matérias-primas brutas, priva-se da oportunidade de gerar empregos e renda no processamento de tais produtos (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021). Todavia, devido o lugar ocupado pelo Brasil na estrutura global do capital, o setor do agronegócio “passou a dispor de um lugar permanente no bloco de poder de todos os governos que emergem desde a última redemocratização” (FIRMIANO, 2020, p. 368). Ou seja, após o fim da ditadura civil-militar, regime autoritário que assolou o Brasil entre 1964 e 1985.

Conforme Pompeia (2018), o agronegócio, apesar da sua heterogeneidade,¹ ou seja, devido ao conjunto de agentes abrangidos no bloco Intersetorial e por se tratar de

¹ Ou seja, os agentes políticos e econômicos que compõe a complexa estrutura do agronegócio, isto é, produtores do setor agropecuário, associações sindicais e tradicionais da agricultura patronal, representantes do setor

um setor econômico complexo, seus atores se apresentam como um partido político monolítico, organizado e bem articulado quando o assunto é a defesa de interesses do setor (MOREIRA; SOUZA; OLIVEIRA, 2020). Sua hegemonia, em grande medida, está assentada no poder político-econômico do patronato rural que compõe o Congresso Nacional e representa de forma sistemática as demandas das classes dominantes no país.

Assim, nas últimas décadas, ocorreu a consolidação de um bloco de poder no Estado restrito que articula diferentes forças hegemônicas do capital fundiário, industrial, financeiro, midiático e tecnológico. O Estado deve ser compreendido como uma organização complexa, o seu braço restrito é constituído pela elite política e representantes do alto escalão da sociedade civil, tais como: ruralistas, militares, burguesia industrial, além da bancada religiosa (formada em sua maioria por evangélicos). Esse conjunto, congrega o monopólio de determinados poderes e direitos, entre eles: o de elaborar leis que regem a sociedade (relativas à ordem, a economia, educação, meio ambiente) (MENDONÇA, 2014).

58

Segundo Casimiro (2016), para Gramsci, o Estado não pode ser concebido apenas como aparelho estatal, no sentido estrito de governo, mas deve ser entendido em seu sentido amplo, “onde sociedade política e sociedade civil são complementares e devem ser observadas a partir de processos históricos concretos” (CASIMIRO, 2016, p. 27). A divisão entre sociedade política e sociedade civil é mera ilustração (é metodológica e não orgânica), utilizada apenas como recurso didático, pois, na concepção de Gramsci, estão dialeticamente articuladas e são indissociáveis.

Neste sentido, o Agro tem usufruído de explícitas regalias, além de amplas imunidades e privilégios provenientes dos diferentes atores que compõem a maioria dos assentos da Câmara e do Senado. Dessa forma, este grupo é responsável por outorgar um conjunto de políticas públicas ao setor, conferindo ao agronegócio excessiva musculatura para avançar sem freios sobre o território nacional.

primário, além dos representantes das indústrias à montante (insumos e maquinários agrícolas) e à jusante (responsáveis pela armazenagem, transporte, industrialização e comércio de produtos de origem da agropecuária).

Além disso, financiado pelo capital nacional e estrangeiro, o agronegócio através de um amplo e complexo aparato midiático é anunciado como o símbolo de modernidade. Isto é, o setor mais dinâmico e eficiente da economia do país, o agente capaz de promover os recordes de produção e produtividade, contribuindo para o *superávit* da balança comercial, para o elevado crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e para a criação de novos postos de trabalhos.

Todavia, este tapete discursivo visa a ocultar e negar as próprias disparidades sobre as quais se sustenta o sistema capitalista de produção. Assim, o discurso do “Agro é tech, o Agro é pop, o Agro é tudo” encobre a triste realidade de que o Brasil, atualmente, é o país onde ocorre o maior número de assassinatos de ambientalistas no campo. Além disso, omite que em 2020, enquanto os índices de emissões de gases de efeito estufa caíam nos demais países do globo (devido à pandemia), o Brasil foi o único país integrante do G20 (grupo internacional representa cerca de 80% da economia global) a aumentar suas taxas de emissões de gás carbono (totalizando 2,16 bilhões de toneladas), devido aos recordes de desmatamento e queimadas (WERNECK; ANGELO; ARAÚJO, 2022).

59

A hegemonia do agronegócio, como destaca Alentejano (2020), vem se consolidando desde o final da década de 1990, ou seja, como projeto político, cultural, econômico e ideológico adotado pelos governos Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma, Temer. Uma dessas estratégias é inserir seus associados e representantes no Ministério da Agricultura, prática que acontece desde que Roberto Rodrigues (empresário, político e intelectual orgânico² do setor do agronegócio) virou ministro no primeiro governo de Lula (Luiz Inácio Lula da Silva).

² A concepção de “intelectual orgânico” não se define pelo seu grau de escolaridade ou erudição, mas sim pelo seu tipo de ação no conjunto das lutas de classes, isto é, pela função que exerce no “trabalho” de construção da base de consenso na sociedade. Assim, os intelectuais orgânicos exercem uma função organizativa, educativa-cultural, são responsáveis por assegurar o domínio cultural, político e econômico do grupo que representam. Além disso, têm a missão de levar a sua visão de mundo para fora dos muros da sua classe e, consequentemente, ampliar seu espaço de atuação e sua legitimidade junto às demais esferas da sociedade (GRAMSCI, 2000).

Nesta introdução, cabe destacar a expressividade e a influência dos diferentes setores do agronegócio no governo Bolsonaro, pois, foi notória a participação de seus principais representantes em cargos importantes na gestão do ex-Presidente do Brasil (2019-2022). Grupo que impôs um conjunto de ações para desconstruir as regras e burlar as leis que possam atrapalhar o avanço do capital sobre a totalidade das relações sociais. Assim, convertem a estrutura institucional do Estado em um reduto de proteção e benefícios para os atores que promovem e ampliam a barbárie socioambiental no país. Dessa forma, quem “governa o Estado tem poder para impor muitas medidas e ações, mas, ao mesmo tempo, está cerceado por diversas instituições e atores individuais ou coletivos, portanto, quem preside o país, apesar de poder muito, nunca pode tudo” (MOREIRA; SOUZA; OLIVEIRA, 2020, p. 20).

Segundo o Deputado Federal Nelson Marquezelli (PTB-SP), a agropecuária é o alicerce da economia do país, se o governo eleito não contar com ministros que falem a mesma língua que a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), tanto os ministros quanto o presidente, não ficam muito tempo no poder. A declaração do deputado se deve ao fato de que a FPA, também conhecida como Bancada Ruralista: "constitui atualmente uma das forças políticas com maior poder no cenário político nacional. É a frente mais antiga e a mais forte. Conta, atualmente, com 241 deputados de um total de 513 e 39 senadores de um total de 81" (MOREIRA; SOUZA; OLIVEIRA, 2020, p. 34).

Em 2018, consciente da hegemonia do agronegócio no país, em sua campanha pela presidência da república, Bolsonaro proferiu um discurso que já demonstrava os sinais da agenda política colocada em prática entre 2019 e 2022, com pautas amplamente favoráveis ao supracitado modelo. Dessa forma, prometeu acabar com a indústria de multa no Brasil, concedeu aval ao seu Ministro do Meio Ambiente para “passar a foice” e “fazer uma limpa” no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (WERNECK *et al.*, 2021). Estas ações, proporcionariam um maior aval produtivo aos grandes proprietários de terras, ou seja, uma política ambiental flexível e conivente

com a expansão do agronegócio, com “punição zero” para infratores. Dessa forma, em sua campanha, Bolsonaro lançou sinais de que o desmatamento e a grilagem de terras seriam tolerados em seu governo, e, por fim, legitimados (MOREIRA; SOUZA; OLIVEIRA, 2020).

Com este posicionamento, reiterado diversas vezes em seus discursos autoritários e antiambientais, Bolsonaro conseguiu a atenção das principais entidades e representações do agronegócio do país. Nas vésperas das eleições de 2018, o setor agropecuário se reuniu e elaborou um documento, intitulado “O Futuro é Agro”, este reunia diversas propostas e pleitos do setor para os próximos 12 anos, tais como: defesa da iniciativa privada, mais subsídios financeiros, melhorias de infraestrutura e isenções de impostos. Assim, diversos agentes que compõem o alto escalão do agronegócio,³ após avaliarem os planos de governo apresentados pelos candidatos com mais oportunidades de segundo turno (Bolsonaro, Fernando Haddad e Ciro Gomes), o setor decidiu apoiar Bolsonaro.

61

Nesse sentido, o governo Bolsonaro caracterizou-se por um conjunto de privilégios ao agronegócio, tais como: a prioridade da destinação de recursos públicos para o setor, renegociação periódica das dívidas e blindagem política em casos de ações ilegais cometidas contra o meio ambiente ou contra os povos tradicionais do campo. Desse modo, o “Agro” se firma como a principal base de sustentação da Extrema-Direita Bolsonarista, porém, simultaneamente, ocorre um processo de ampliação dos impactos socioambientais sem precedentes na história do país.

Na primeira seção deste trabalho destacamos algumas características do projeto de hegemonia da extrema-direita bolsonarista, que se notabiliza pela política de confronto, pelos discursos truculentos, autoritários, negacionistas e por ações antidemocráticas. Para isso, contamos com auxílio da literatura que pesquisa o avanço da nova extrema-direita no Brasil (CASIMIRO, 2020). Na segunda parte da pesquisa em

³ O documento contou com apoio de pelo menos 29 grandes entidades agroindustriais. Disponível em: <<https://sistemafaeg.com.br/faeg/noticias/apoio/cna-e-federacoes-manifestam-apoio-ao-candidato-a-presidencia-da-republica-jair-bolsonaro>>. Acesso em 10/01/2022.

tela, enfatizamos a organização política e econômica do Agro, seus representantes e associados, assim como a inserção dos seus dirigentes no Estado restrito (POMPEIA, 2021), os mecanismos utilizados pela elite agroindustrial para manutenção e ampliação da sua hegemonia na sociedade civil e política.

Por fim, na última seção apresentamos e discutimos as principais ações do governo Bolsonaro que engendraram um processo agudo e sistemático de desmonte dos principais órgãos socioambientais do país, sublinhado suas políticas antiambientais e anti-indígena que aumentaram os índices de desmatamento, os números de queimadas e o extermínio de povos tradicionais, além da agenda política que favorece a grilagem e concentração de terras no Brasil (WERNECK *et al.*, 2021).

1. A agenda política do governo Bolsonaro e a barbárie socioambiental

62

Em 2019 iniciou-se a agenda política do governo Bolsonaro; tratou-se “de um programa de reconfiguração e dissolução da ossatura material do Estado sem precedentes na história do país e em curtíssimo período” (CASIMIRO, 2020, p. 18). Assim, ao assumir o mais alto cargo do Poder Executivo, Bolsonaro e seus asseclas deram continuidade e ampliaram o projeto neoliberal que já vinha tomando formas mais radicais desde o golpe político-jurídico-midiático de 2016.

Segundo Sauer, Leite e Tubino (2020, p. 286), com uma política de confronto, o governo Bolsonaro procurou aplicar um pacote econômico ultraneoliberal, que incluiu “o sucateamento, desmonte e descaracterização do aparelho estatal”. Seu programa político não representou um setor social específico, assim, se concretizou por uma coalizão de conveniências (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020), pois, agrupou os setores mais conservadores da sociedade brasileira. Dessa forma, sua presidência contou com o aporte financeiro, militar e político de frações da burguesia industrial, das forças armadas, grupos religiosos e do patronato do agronegócio. Atores cuja hegemonia foi

edificada com o controle dos aparelhos ideológicos e repressivos do Estado (tanto na sociedade política quanto na sociedade civil).

Na corrida presidencial de 2018, Bolsonaro apresentou um plano de governo que buscou “tanto a liquidação dos movimentos progressistas e das esquerdas como também as suas próprias instituições liberais” (CASIMIRO, 2020, p. 13), ou seja, um programa político carente de propostas claras para diversas esferas sociais, tais como a economia, saúde e educação.

Dessa forma, em sua campanha, o que se verificou foi a disseminação da retórica do ódio (CASIMIRO; 2020), a prática de discursos truculentos em que Bolsonaro atribuiu a si próprio o título de salvador da pátria, o defensor da família tradicional e das pautas morais. Nesse contexto, seu governo seria a personificação do combate a corrupção. Atitude que denuncia o caráter vaidoso de um personagem ávido pelo poder, cujo objetivo é a criação de uma atmosfera de “pânico moral” que visa unir o país na “guerra cultural” contra inimigos internos e ameaçadores: o “comunismo”, a “ideologia de gênero” e a “doutrinação marxista” que impregna as escolas de todo o Brasil. Cabe destacar que a guerra cultural almeja eliminar tudo que é diverso. Além disso, no “front da guerra cultural, há dezenas de Projetos de Lei (PLs), com especial destaque para os que tratam da escola sem partido e da liberação para estudar em casa, de iniciativa do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos” (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020, p. 290-291).

Nesse sentido, a invenção sempiterna de inimigos que devem ser duramente combatidos, tornou-se um artifício prático, muito utilizado por Bolsonaro para permanecer no poder. Seu *modus operandi* foi o confronto, a destruição das instituições brasileiras, cujo corolário gerou o cataclisma da gestão pública e o esgarçamento estrito do tecido social (CASIMIRO, 2020). Assim, na ausência de um programa de governo organizado, tais discursos de ódio e agendas autoritárias estruturam o próprio governo. Sobretudo, contribuiu para articulação de grupos extremistas que se solidificaram em torno do projeto reacionário bolsonarista, quadro que ajudou a viabilizar um processo

intenso de expropriações de direitos sociais históricos, sejam eles os direitos humanos, trabalhistas e ambientais (NANNINI; CASIMIRO, 2022).

Nesse caminho, a extrema-direita tem funcionalizado e, ao mesmo tempo, se projetado no caldo de cultura do sentimento sistemático de descontentamento e aversão à política. Uma expressão disso é a propagação “do ódio contra a esquerda, principalmente com difusão do antipetismo, com notícias falsas, xenofobia, homofobia, aporofobia e aversão às relações sociais não capitalistas” (FERNANDES *et al.*, 2020, 337-338).

Além disso, temos a popularização de discursos truculentos e autoritários que atentam contra a democracia, um projeto político que denota um alinhamento imediato e orgânico às bandeiras mais reacionárias no âmbito da cultura, assim como ao projeto ultraliberal na economia (NANNINI; CASIMIRO, 2022). Um governo cujo plano econômico – encabeçado pelo Ministro Paulo Guedes – se comprometeu com a redução do tamanho do Estado, com a venda do patrimônio público e com a expropriação dos direitos da classe trabalhadora.

Outra frente de atuação desse arranjo constituiu-se na construção de discursos pautados no negacionismo científico e no revisionismo histórico, ou seja, como mecanismos de naturalização de seus pressupostos e legitimação de suas políticas autoritárias. Casimiro (2020) destaca o papel das mídias sociais no projeto da extrema-direita (Facebook, Twitter, Instagram) e dos aplicativos móveis como (WhatsApp e Telegram), isto é, como ferramentas alternativas de comunicação e difusão de *fake news*. Além da “disseminação de conteúdos com pouca profundidade e com apelo sensacionalista, que passam a ideia de acesso à informação, mas que na verdade privilegiam a superficialidade, inviabilizando análises mais complexas e o contraponto de ideias” (CASIMIRO, 2020, p. 81).

As políticas de proteção e de gerenciamento de aplicativos móveis, possibilitam que determinadas empresas de tecnologias possam administrar e proteger os dados de

usuários e, paralelamente, combater a desinformação. Na ausência de tais políticas, como ocorre no Telegram, esses aplicativos se tornam terra sem lei, refúgio para grupos extremistas com seus discursos de ódio. Além disso, se tornam plataformas que possibilitam a articulação desses grupos na organização e realização de atos violentos (ataques a minorias sociais ou a democracia).

No Brasil, sob a tutela do governo Bolsonaro, tornou-se comum e pernicioso os discursos de anticiência e a disseminação de *fake news*: o “aquecimento global não existe”, a “terra é plana”, a “COVID-19 é só uma gripezinha e o melhor imunizante é o próprio vírus”. Cabe destacar que:

[...] o negacionismo é insidioso e traiçoeiro. Ele se espalha por ruas, bares, igrejas, mídias sociais e se dilui, sorrateiro, em toda a sociedade. Quando menos se espera, seu parente começa a falar bem da hidroxiclороquina e a dizer que não quer ser imunizado com vacina chinesa (VILARDAGA; LAVIERI, 2021, n.p.).

Os negacionistas estavam muito bem representados pelo próprio chefe do Executivo, pois Bolsonaro, principalmente no auge da pandemia, criticou as medidas de prevenção e combate à COVID-19 impostas pela Organização Mundial da Saúde, tais como isolamento social e o uso de máscaras. Ademais, depreciou o trabalho de profissionais da área de saúde e entidades científicas – engajados no desenvolvimento de pesquisas e vacinas de combate ao vírus –, inclusive, deslegitimou a eficácia das vacinas. Como resultantes dessa postura negacionista, ou seja, a lentidão e a irresponsabilidade do governo no gerenciamento da pandemia, podemos citar os milhares de mortos, o desemprego em massa e a fome que, no atual contexto histórico, voltou a fazer parte do cotidiano de milhões de brasileiros.

O saudosismo pela ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985) foi outra marca condenável no governo Bolsonaro, uma tentativa de ressignificar um período da história do país em que a tortura e a violência foram autorizadas como formas aceitáveis de condução do poder. Além da volta a um passado mítico, a mentalidade bolsonarista defende um ideal de sociedade que se assemelha a uma realidade distópica, onde livros

são subsistidos por armas e a materialização do conhecimento e o apreço pela ciência são banidos. Nesse modelo de sociedade Paulo Freire se torna um vilão, inimigo da nação, em contrapartida, não faltam menções elogiosas e reverência a notórios torturadores, como no caso do Carlos Alberto Brilhante Ustra, dentre outros exemplos.

O golpe político-jurídico-midiático de 2016 abriu caminho para o avanço de um agudo processo de militarização do Estado, em outras palavras, a ocupação e atuação de militares em cargos estratégicos e de confiança do governo, principalmente nas áreas da saúde, educação (nas Instituições Federais de Ensino/IFE) e na esfera socioambiental. Segundo Ferraz (2022), um estudo produzido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) aponta que no governo Bolsonaro, a presença de militares em cargos de natureza civil na administração federal cresceu significativamente. A pesquisa demonstra,

[...] que houve uma aceleração considerável a partir de 2019, quando Bolsonaro chegou ao Planalto. Em 2018, o número total de militares na administração federal era de 2.372 funcionários e foi para 3.041, em 2021 – crescimento de 28%. Em cargos civis, foi de 638 para 1.085. Ao mesmo tempo, o governo editou oito decretos que ampliam a possibilidade de militares integrarem a estrutura burocrática da união (FERRAZ, 2022, n.p.).

66

Em síntese, o governo conduzido pelo projeto de extrema-direita bolsonarista, operou através de ações autoritárias e normas infralegais que enfraqueceram a ordem democrática, ampliaram a degradação ambiental, favoreceram a concentração de terra e de renda, aumentaram a violência no campo e os conflitos de classe. Simplificando, o governo conduzido por Bolsonaro, pode ser categorizado como um “regularizador de irregularidades”, devido ao seu gabinete ministerial e suas secretarias especiais. Conjunto que atuou “segundo um *modus operandi* que é o de driblar as instituições e a opinião pública agindo de forma subterrânea para tentar impor medidas” que legitimam e atendam os interesses escusos dos grupos hegemônicos que compõem e dão sustento ao governo (OLIVEIRA; RIBEIRO; LOBÃO, 2020, p. 9).

Conforme Pompeia (2021), com o encadeamento de diversas crises e a confluência de múltiplos interesses que facilitaram a eleição de Bolsonaro, os posicionamentos mais

extremados de frações da classe dirigente do patronato rural, sobretudo, alinhados com a direita, reascenderam no campo do agronegócio. Nesse sentido, o atual bloco histórico abre caminho para a maior radicalização das agendas políticas que se notabilizam por suas pautas antiambientais. Além disso, tal quadro, possibilita a consolidação de uma bancada “anti-indígena” no Congresso. Ou seja, que atua para desfalecer os poucos direitos que garantem aos povos originários uma proteção mínima contra o avanço do agronegócio sobre suas reduzidas fronteiras.

O agronegócio é um ator coletivo, cujos representantes e entusiastas são diversos. Porém, esse conjunto, se organiza e atua de forma unificada na defesa dos interesses do setor, mantendo posições políticas homogeneizadas em torno de determinadas questões sociais, econômicas e políticas que podem dinamizar ou languescer seus negócios. Assim, o patronato rural no Brasil (distintas frações da classe dominante agroempresarial) não pode ser qualificado como uma mera agremiação de ruralistas e empresários, e sim como um arranjo Intersetorial, com forte caráter político, bem estruturado, coordenado e institucionalizado. Em seu conjunto (embora com diferentes graus de articulação), engloba os grandes produtores agropecuários, os representantes do alto escalão industrial e os principais nomes do setor financeiro (POMPEIA, 2018; NANNINI, 2022).

Segundo Pompeia (2020), para delimitar o perímetro dos agentes políticos e econômicos que compõe a ampla e complexa ossatura do Agro, emprega-se o conceito de concertação política do agronegócio. Composição que reúne apenas a elite patronal que monopoliza os setores que a noção de agronegócio pressupõe. Ou seja, atores que buscam racionalizar e remediar os conflitos intersetoriais com a finalidade de encontrar consensos entre posicionamentos divergentes, para que possam atuar de forma conjunta na conquista de legitimidade perante a sociedade. Assim, Pompeia (2020, p. 202) destaca que:

[...] compõem o campo do agronegócio três formas principais de representação: (1) entidades por produtos agropecuários, (2) associações

sindicais e/ou tradicionais da agricultura patronal e (3) núcleos intersetoriais envolvendo, além desses agentes do setor primário, representantes das indústrias a montante e jusante.

Na concertação política do agronegócio, notabiliza-se entre as entidades dominantes, ou seja, com maior representatividade e poder de atuação na defesa dos interesses do setor, o Instituto Pensar Agropecuária (IPA) que opera em simbiose com Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), fazendo chegar até o Legislativo, Judiciário e Executivo, as demandas do patronato rural e dos grandes empresários, assim como os pleitos do alto escalão do setor financeiro. Assim, suas reivindicações são prioritariamente acolhidas pelo Congresso Nacional, aprovadas e convertidas em políticas públicas que beneficiam exclusivamente uma única forma de produção agropecuária, isto é, o agronegócio.

As principais demandas dos técnicos do IPA e dos parlamentares da FPA são: a defesa dos interesses dos seus associados, investimentos em pesquisa e maiores ofertas de crédito rural para o setor, isenções de taxas sobre mercadorias, garantias de preços, abrandamentos de leis ambientais, legalização do uso de vários defensivos, agrotóxicos e insumos agrícolas. Além da revisão das leis relacionadas a demarcação e posse de terra. Cabe destacar que:

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) compõe o lobby mais poderoso do Congresso; controla metade da Câmara e do Senado. [...] O Instituto Pensar Agro (IPA) é um *think tank* que assessora a FPA e a conecta com o setor privado. [...] Essas associações reúnem mais de mil empresas e 69 mil produtores rurais de diferentes setores (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022, n. p.)

No entanto, em 2018, entre a maioria das organizações dominantes no setor (IPA/FPA), o grau de radicalismo das propostas de Bolsonaro, não era bem recebido pelo alto escalão do agronegócio. Ou seja, o negacionismo científico do governo em relação ao aquecimento global, sua pretensão de fundir o Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Agricultura, os discursos contra direitos territoriais de povos tradicionais,

as propostas de desmonte sistemático de agências responsáveis pelos regulamentos e pelas políticas de fiscalização ambiental.

No século XXI, o aquecimento global se apresenta como o grande problema a ser enfrentado pela humanidade. No Brasil, cerca de 90% do desmatamento está vinculado ao agronegócio, 80% dessa prática arcaica é motivada pela abertura de novas pastagens e os 10% restantes decorrem da ampliação das plantações de *commodities* agrícolas (NANNINI, 2022). Dados científicos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, mais conhecido pelo acrônimo (IPCC) (POMPEIA, 2018), apontam as contribuições do setor agropecuário para o quadro de mudanças climáticas. Assim, para os atores do Agro (empresas e produtores), ter os seus nomes ligados a degradação ambiental resulta em sanções da comunidade internacional, exclusão de acordos econômicos importantes, ou seja, prejuízos nos negócios.

No entanto, desde 2014, a recessão econômica brasileira marcada por fatores exógenos (desvalorização do real, queda de exportação decorrente da baixa competitividade da indústria brasileira) e de fatores endógenos (precarização do mercado de trabalho, redução do consumo como consequência do depauperamento das famílias brasileiras), impactou severamente os heterogêneos agentes que constituem as principais cadeias agroalimentares em operação no agronegócio brasileiro. Além disso:

[...] as controvérsias sobre corrupção tinham ampliado a desconfiança deles em relação a partidos então predominantes, como o PSDB e o PT. Paralelamente, estavam entre aqueles que mais se ressentiam do aumento, por quadrilhas especializadas, dos roubos de agrotóxicos, fertilizantes, máquinas e implementos agrícolas. Esses aspectos, além de outros, ampliavam a predisposição dos referidos atores aos discursos radicalizados do candidato de extrema direita (POMPEIA, 2021, p. 124).

Neste contexto de crises, o apoio a Bolsonaro começaria paulatinamente a adentrar a concertação política do Agro (IPA/FPA) (POMPEIA, 2021). Além disso, na corrida presencial de 2018, Bolsonaro dava amostras da agenda política que se seguiu em seu governo, pois, em sua campanha, afirmava que as políticas ambientais e os direitos

concedidos aos povos tradicionais são os grandes entraves ao desenvolvimento econômico do país. Assim, prometeu acabar com a máquina estatal de multas ambientais, garantiu combater as ONGs e o ativismo socioambiental, assegurou que seu governo inibiria qualquer iniciativa de demarcações de novas terras indígenas e Unidades de conservação, além disso, propôs abrir esses territórios ao agronegócio, “ao garimpo, permitindo até a venda dessas áreas” (ASCEMA, 2020, n.p.).

Nessa lógica, as principais entidades e representações do agronegócio do país reconheceram na figura de Bolsonaro uma liderança extremamente importante para a garantia dos seus interesses. Nesse sentido, Firmiano (2020) destaca o apoio dado a Bolsonaro por Tereza Cristina, do Democratas-MS (ex-dirigente da Frente Parlamentar da Agropecuária-FPA). Por conseguinte, na corrida presidencial de 2018, Cristina vislumbrou em Bolsonaro o candidato capaz de atender às demandas do agronegócio, e, assim, nutriu a esperança de que, caso o candidato fosse eleito, o setor teria peso e influência na escolha de futuros ministros do governo, devido ao apoio explícito dado a Bolsonaro pelas principais entidades patronais agroindustriais.

Se em sua campanha Bolsonaro recebeu amplo apoio do setor do agronegócio, quando eleito, o presidente não frustrou as expectativas dos ruralistas na escolha dos próximos ministros e seus respectivos ministérios, os quais envolvem incumbências do campo de interesse do agronegócio. A gestão estatal “da agricultura familiar, dos territórios indígenas e quilombolas e a governança ambiental passou, pois, à trinca do agronegócio” representada por Tereza Cristina, Ricardo Salles e Nabhan Garcia, como veremos adiante (FIRMIANO, 2020, p. 371).

Dessa forma, Bolsonaro concedeu ao patronato rural, o poder decisório das políticas que balizam a atuação ministerial em questões importantes. Portanto, estes atores, através de uma gama variada e sofisticada de estratégias, amparados pelos instrumentos legais dos cargos e funcionalidades que assumem, ocupam posições estratégicas nos aparelhos do Estado para a promoção dos mecanismos de desregulamentação (NANNINI; CASIMIRO, 2022). Trata-se “não de uma impunidade que

se situa à margem do sistema, mas de uma impunidade que se insere no sistema, usando o próprio Direito para criar situações de imunidades implícitas” (MIRANDA; LOPES, 2020, p. 102).

Consequentemente, o aumento criminoso da degradação dos recursos naturais e o avanço do agronegócio sobre os biomas brasileiros são algumas sequelas da política ambiental posta em prática pela agenda política de Bolsonaro, cujo pacote de flexibilizações e decretos, incentivou e, ao mesmo tempo, premiou diversos infratores que promoveram o aumento sistemático do desmatamento e da grilagem de terras no país (FERNANDES *et al.*, 2020).

2. O agronegócio no Estado restrito

No final dos anos 2000, os principais dirigentes e representantes do agronegócio, como os ilustres empresários do setor agroindustrial e grandes produtores de *commodities*, buscaram estreitar laços com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), já que a FPA ampliou o grau de atuação e influência das instituições relacionadas ao agronegócio sobre o Legislativo, Executivo e Judiciário. Em outras palavras, o mais alto escalão do setor do Agro passou a influenciar diretamente nas decisões do governo. Este cenário resulta do seguinte fato: a FPA ordena e sistematiza os interesses daqueles que ela representa (grandes ruralistas e entidades hegemônicas do setor industrial), assim, de forma organizada, a entidade pode levar esses interesses até o Congresso Nacional, onde são acolhidos e aprovados (NANNINI, 2022).

No ano de 2011, diversas corporações hegemônicas que monopolizam segmentos dos múltiplos setores que constituem o agronegócio, buscaram ampliar e sistematizar suas relações com a FPA, assumindo um maior caráter tático e institucional, bem como uma maior organização política para suas relações econômicas. Assim, compreenderam a relevância da construção de um aparato técnico que os representassem na esfera do

legislativo, desse modo, conceberam o Instituto Pensar Agropecuária (IPA). Sua estrutura é mantida por mensalidades (no valor mínimo de 20 mil Reais) pagas por cada uma das 48 maiores agremiações do agronegócio que constituem e dão sustento ao Instituto. Entre as corporações que patrocinam o lobby ruralista, se destacam as empresas multinacionais, tais como: *Bayer, Basf, Syngenta, Bunge e Cargill*.

O IPA congrega em sua intrincada ossatura diversas entidades do Agro: “abatedouros e frigoríficos, produtores de agrotóxicos e sementes transgênicas, usinas de etanol, indústrias de cigarros, de papel e celulose, processadoras de grãos e sojicultores e cervejarias, entre outros” (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022, n.p.). Além disso, apresenta um aparato técnico-científico estratégico que permite o levantamento de dados e o desenvolvimento de estudos em prol do agronegócio, onde a sua equipe pode processar tais dados e convertê-los em reivindicações, pois, a entidade concentra em seu poder um conjunto de assessores responsáveis por repassar as demandas intersetoriais aos parlamentares.

72

O instituto encerra em sua complexa estrutura uma equipe exclusiva e especializada em comunicação e *marketing*, além de profissionais do ramo do direito, ou seja, atuantes na legislação que organiza e rege o país. Assim, o IPA busca conquistar uma maior transparência e um ampliado alcance social para suas inúmeras práticas político-econômicas (NANNINI, 2022).

No governo de Jair Bolsonaro, o alto escalão do IPA e a bancada ruralista (políticos da FPA) se reuniram ao menos 160 vezes com servidores do MAPA, nesses encontros destacam-se as 20 audiências com a ex-ministra Tereza Cristina que é ex-presidente da FPA (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022). Para o Agro, esses encontros significam que suas pautas e pleitos (inclusive os mais radicais) sejam atendidos, para o meio ambiente e povos tradicionais, essas reuniões representam o prenúncio de novas tragédias:

Apelidado de “Combo da Morte”, o conjunto de Projetos de Lei (PL) defendido pelos ruralistas inclui os PCs 2.633/20 e 510/21, da Grilagem, que concedem anistia à ocupação irregular de terras públicas até 2.500

hectares, o PL 2.159/21, que flexibiliza as regras de licenciamento ambiental, o PL 6.299/02, do Veneno, que tira o poder de veto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no processo de avaliação de agrotóxicos, e os PCs 490/07 e 191/2020, que estabelecem o marco temporal para demarcação de terras indígenas e a legalização da exploração minerária nestes territórios (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022, n.p.).

O Ministério do Meio Ambiente e suas autarquias (IBAMA e o ICMBio), desde o início do governo Bolsonaro, tiveram diversas reuniões com integrantes da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), com representantes de empresas privadas e de entidades do agronegócio, totalizando 709 encontros. Cabe destacar que 476 dessas reuniões foram com empresas (nacionais e estrangeiras), 144 encontros ocorreram com organizações concatenadas aos interesses do agronegócio, da mineração e de outros setores privados (CASTILHO *et al.*, 2022). Nesse caminho, para o governo, os interesses privados eram prioridades em detrimento do interesse público, ao passo que a degradação do patrimônio natural acontecia em velocidade acelerada.

73

No grupo de empresas com livre acesso pelos corredores do Congresso Nacional e que estão inseridas diretamente no escopo do agronegócio, destaca-se a Syngenta. A multinacional fabricante de agrotóxicos e sementes transgênicas, teve 81 reuniões com representantes do governo federal, ou seja, para discutir assuntos regulatórios, pautas ligadas a liberação de sementes e produtos químicos para o setor do agronegócio:

Comprada pela estatal ChemChina em 2017, a Syngenta está diretamente ligada ao PL do Veneno. Isso porque o deputado federal Luiz Nishimori (PL-PR), relator do Projeto de Lei 6.299/02, assinou em dezembro de 2020 um acordo para encerrar amigavelmente uma dívida de R\$ 1,5 milhão que sua empresa, a Mariagro Agrícola, mantinha com a multinacional (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022a, n.p.).

Entre os diversos grupos econômicos de setores distintos (energia, mineração, indústria e agronegócio), o agronegócio é o setor que encabeça a lista dos encontros com os órgãos mencionados, ou seja, MMA, IBAMA e ICMBio. Assim, 217 representantes

do agronegócio foram recebidos pelo Ministério do Meio Ambiente, desse grupo, 42 deles eram porta-vozes de empresas diversas, 175 eram representantes de entidades patronais do agronegócio e membros da FPA (CASTILHO *et al.*, 2022).

Dessa forma, das 48 entidades que integram e financiam o do Instituto Pensar Agro (IPA), 13 foram recepcionadas pelo ICMBio, pelo Ibama e por ministros do governo Bolsonaro, ao todo foram 58 encontros. Entre essas agremiações destacam-se: a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) presente em 21 dessas 58 reuniões, a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja) com 3 encontros cada (CASTILHO *et al.*, 2022). Antonio Galvan, presidente da (Aprosoja Brasil), é apontado como um dos principais financiadores dos atos antidemocráticos promovidos por bolsonaristas em 7 de setembro em 2021. Além disso, Galvan coleciona multas por desmatamento de vegetação nativa e já foi autuado por vender soja sem nota fiscal (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022).

Segundo o Dossiê “Bolsonaro”, produzido pelo De Olho nos Ruralistas, o setor da mineração teve 95 representantes recebidos pelo MMA e demais autarquias responsáveis pelo meio ambiente, entre as empresas se destacam a Vale S.A, Vale Kinross, Alcoa e Anglo American. Desses representantes, 88 pertenciam a empresas mineradoras. A liberação da mineração, particularmente na Amazônia, foi uma pauta que teve posição de destaque no governo Bolsonaro, nesse caminho, entre os anos de 2019 e 2022, não faltaram escândalos envolvendo nomes do governo e setor da mineração, assim como projetos de lei que facilitaram a exploração mineral (CASTILHO *et al.*, 2022).

Incentivado por Bolsonaro e seus asseclas, o garimpo ilegal tem avançado na Amazônia, sobretudo nos territórios indígenas. A criação de um Grupo de Trabalho (GT) para a reformulação do Código de Mineração é um mecanismo de fundamental importância para efetivação da aliança entre o lobby do setor minerário, parlamentares da Frente Parlamentar Mista da Mineração e membros da Frente Parlamentar da Agropecuária. As Frentes Parlamentares são formadas por representantes extremamente alinhados ao projeto bolsonarista de legalização do garimpo, ou seja,

liberação da exploração de recursos minerais em áreas protegidas da Amazônia (INDRIUNAS, 2022). Consequentemente, durante o governo Bolsonaro,

[...] houve um aumento de 334% na área de mineração destinada ao garimpo de ouro e estanho nas terras dos Munduruku, no sudoeste do Pará. [...] A área destinada somente ao estanho teve um aumento exorbitante de 4.215,5%. Em 2018, o garimpo deste minério ocupava 53,6 hectares, passando a 2.314 hectares em 2021. No mesmo período, a Terra Indígena (TI) Apyterewa, em São Félix do Xingu (PA), apresentou um aumento de 475,9% na área garimpada por ouro. O garimpo na TI Yanomami, na divisa entre Amazonas e Roraima, teve aumento de 328,6% (INDRIUNAS, 2022, n.p).

Não raro, alguns parlamentares apresentam ou defendem projetos em prol do avanço da mineração sobre os territórios de povos e comunidades tradicionais, esses projetos devem ser votados pelo Plenário da Câmara dos Deputados, ou seja, podem se tornar uma lei, um decreto legislativo ou uma resolução. Essa prática, muitas vezes, se concretiza em troca de financiamento de campanha e apoio político concedidos por empresas do setor de mineração para parlamentares. Neste contexto, destaca-se o caso de Joaquim Passarinho, deputado federal pelo estado do Pará, ferrenho defensor da legalização do garimpo ilegal, no ano de 2014, recebeu financiamento (R\$ 341.088,66) das empresas Vale Manganês S.A. e Alubar Metais e Cabos S/A para sua campanha eleitoral (OLIVEIRA, 2014).

O lobby pode ser entendido como atividade realizada por determinados grupos, tais como os representantes do setor da mineração, madeireiro e da agropecuária, isto é, atores com acesso aos corredores da Câmara dos Deputados e Senado Federal. Dessa forma, conseguem pressionar membros do parlamento na tomada de decisões em prol de seus interesses particulares.

O MMA, assim como suas autarquias (IBAMA e ICMBio), fazem parte do SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente), entre as funções de tais órgão podemos destacar aquelas ligadas a supervisão e planejamento ambiental. O IBAMA, por exemplo, é

responsável por diversas ações, entre elas, a fiscalização e monitoramento ambiental, gestão de Unidades de Conservação e licenciamento ambiental.

O licenciamento ambiental é uma ferramenta de gestão que permite à administração pública o controle de atividades realizadas por empresas que desejam usufruir de determinado espaço e seus recursos naturais. Assim, almeja eliminar, prevenir ou minimizar, possíveis degradações ambientais. Portanto, para o setor empresarial do agronegócio, mineração e energia, a pauta do licenciamento ambiental é fundamental. Como destaca Castilho *et al.*, (2022, n.p), ela “é motivo de embate em torno do PLS 168/2018, conhecido como PL do Licenciamento Ambiental, de autoria do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) e de relatoria de Zequinha Marinho”, ambos integrantes da bancada ruralista.

Acir Gurgacz, Zequinha Marinho e Joaquim Passarinho são velhos conhecidos em escândalos que envolvem a destruição ambiental. Como exemplo, destaca-se Zequinha Marinho, Vice-Presidente da FPA e líder do governo Bolsonaro no Senado, ficou conhecido por incentivar de forma explícita a ação de grupos criminosos (como madeireiros) que operavam em terras indígenas no Pará. Além disso, no ano de 2021, “Marinho interveio junto ao então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, para liberar lotes de madeira de origem ilícita apreendida pela Polícia Federal no âmbito da Operação Androanthus” (BASSI *et al.*, 2022, n.p.). Dessa forma, além do fato de serem grandes proprietários de terras, membros da FPA também têm em comum, a atuação no congresso na defesa de pautas que ampliam a destruição ambiental, além da violação de direitos de povos originários e comunidades tradicionais do Brasil.

Durante a campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro era enérgico e resoluto em suas declarações nos meios midiáticos; assim, prometeu que, se eleito, faria uma nova política. Ou seja, sem a tradicional oferta de recursos orçamentários e de cargos entre governo e Congresso, estratégia usada para obter um maior apoio parlamentar. No entanto, em seu mandato, se aproximou de lideranças do chamado “Centrão” e distribuiu cargos na Esplanada “em troca de apoio e proteção, especialmente contra investigações

envolvendo membros do governo – se não o próprio Bolsonaro – em ataques à democracia e às instituições de Estado e disseminação de *fake news*” (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020, p. 288).

No início do seu governo, o presidente priorizou estabelecer relações com as bancadas temáticas do Congresso Nacional (agrupamentos políticos, cujos atores são representantes das principais frações de classes hegemônicas do país). Ou seja, a bancada BBB (bala, bíblia, boi), arranjo que aglutina o alto escalão militar (Bala), o fundamentalismo cristão (Bíblia) e os principais representantes do setor do agronegócio (Boi). Essas frentes são suprapartidárias e maioria no Congresso Nacional, assim, Bolsonaro contou com ampla representatividade para aprovar seus projetos.

Dessa forma, conquistando as posições basilares nas estruturas do poder do Estado restrito, os atores, representantes e simpatizantes do Agro, contam com os instrumentos legais para definirem a elaboração e o gerenciamento das políticas públicas direcionadas ao setor agrícola, ou seja, a partir de seus interesses, beneficiando exclusivamente o agronegócio. Nessa lógica, reorientam os trilhos da política institucional e engendram um projeto de nação que se assemelha à sua fisionomia (MOREIRA; SOUZA; OLIVEIRA, 2020).

Em sua campanha, Bolsonaro discursou de forma enfática que as demandas do agronegócio são “pautas do Brasil” e, consequentemente, compromissos do governo federal. Nesse caminho, vencido a eleição de 2018, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Bolsonaro nomeou Tereza Cristina (porta-voz da bancada ruralista). Para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), quem assumiu foi Ricardo Salles, um dos fundadores do Movimento Endireita Brasil (MEB) parceiro do Instituto Millenium, entidades que compõem a chamada “nova direita” brasileira, que, por sua vez, alinharam-se ao projeto hegemônico da extrema-direita. Além disso, Salles já atuou como notório advogado de causas em prol do agronegócio quando foi secretário jurídico da Sociedade Rural Brasileira (SRB).

Completando o triunvirato que será responsável pela degradação socioambiental do Brasil no governo Bolsonaro, temos Nabhan Garcia, pecuarista ligado à União Democrática Ruralista (UDR). A UDR foi criada em 1985 envolta no debate pela reforma agrária e no processo de disputa pela representatividade do patronato rural nos anos 1980, entidade reconhecida pela violência e truculência das suas ações (CASIMIRO, 2018). No começo de 2015, Garcia juntamente com pecuaristas de São Paulo, se uniram e formaram o movimento Frente Produtiva do Brasil, coalização de líderes patronais empenhados na organização de atos antidemocráticos, cujas funções eram: propalar críticas à lisura do processo eleitoral e atacar a reeleição da Presidenta Dilma Rousseff em 2014 (POMPEIA, 2021).

O agrobolsonarismo, promoveu o desmonte de órgãos socioambientais, legalização de políticas que colocam em risco as instituições democráticas do país, pois, ameaçam a liberdade dos indivíduos e da imprensa. Assim, com esse *modus operandi*, a gestão Bolsonaro dificultou o acesso à informação, distorceu dados e disseminou *fake news*. Ademais, perseguiu, intimidou e puniu servidores públicos. Conjunto que ampliou a barbárie socioambiental que assolou o Brasil entre (2019- 2022) e que será discutida na próxima seção deste trabalho.

3. Contradições do Agronegócio: O desenvolvimento sustentável que desmata e a eficiência produtiva que gera a fome

Ao assumir o MAPA em 2019, Tereza Cristina exerceu o papel de ligação entre a FPA e o Poder Executivo, assim, seu mandato teve como prioridade: efetivar mudanças e abrandamentos na legislação sobre defensivos químicos (PL 6299/02), que lhe rendeu, inclusive, o apelido de “Musa do Veneno” (FIRMIANO, 2020). Entre essas mudanças, o supracitado PL permuta a palavra agrotóxicos pelo termo pesticida, banindo o léxico tóxico, além disso, permite que esses produtos possam ser liberados pelo MAPA

dispensando a aprovação de outros órgãos reguladores, ou seja, mesmo que as análises sobre os eventuais e potenciais riscos não estejam concluídas (ASCEMA, 2020). Assim, Bolsonaro se destacou como presidente brasileiro que mais liberou agrotóxicos na história do país, com um total 1.682 produtos aprovados e liberados nos 3 primeiros anos do seu governo (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022).

Alterações no licenciamento Ambiental, no que concerne as atividades ligadas a agropecuária, também fizeram parte da agenda política de Tereza Cristina. O licenciamento Ambiental é um instrumento que defende o meio ambiente contra atividades econômicas potencialmente destrutivas e, ao mesmo tempo, almeja o desenvolvimento socioeconômico sustentável do país (WERNECK *et al.*, 2021).

No primeiro dia do primeiro ano de seu mandato, Bolsonaro efetivou reformas administrativas que reduziram pastas governamentais e aglutinaram competências em um único ministério, como o exemplo da Medida Provisória (MP-870) que transferiu ao MAPA as funcionalidades de outros órgãos e secretarias. Segundo a ASCEMA (2020), tal medida possibilitou o processo agudo de desmonte das políticas sociais e ambientais do país. Além disso, a MP-870 permitiu o desmonte de outros órgãos ambientais:

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é esvaziado de competências e perde a capacidade de formular e conduzir algumas políticas fundamentais para as competências históricas (e lógicas) da pasta. A Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas é extinta, além disso, o SFB (Serviço Florestal Brasileiro) e o CAR (Cadastro Ambiental Rural) vão para o MAPA e a Agência Nacional de Águas (ANA) vai para o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) (ASCEMA, 2020, n.p.).

O MAPA se tornou um quartel das principais entidades patronais do agronegócio, como a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Dessa forma, inúmeras políticas sob a ótica da legislação ambiental, referentes as demarcações de terras indígenas ou relativas à reforma agrária, passaram para o controle dos ruralistas que assumiram a posse dos mecanismos e instrumentos facilitadores da ampliação dos seus interesses sobre o

território nacional. Consequentemente, Tereza Cristina pode interferir significativamente na política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos, nas políticas de fiscalização, proteção e de licenciamento ambiental, bem como nas políticas de demarcações de terras e de reformas agrárias.

Ricardo Salles é outro nome emblemático do governo Bolsonaro, instituído pelo ex-presidente como Ministro do Meio Ambiente, sua gestão foi marcada por um conjunto de polêmicas desde a sua entrada no ministério até a sua saída quando foi exonerado do cargo no dia 22 de junho de 2021. Episódio inédito na história da República, pois, Salles foi o primeiro ministro do Meio Ambiente a ser demitido; além disso, a mesa diretora do Ibama também foi afastada por suspeita de praticar crimes ambientais (WERNECK *et al.*, 2021). Contexto vergonhoso devido às responsabilidades do Ibama como autarquia federal com os seguintes encargos: conceber políticas de preservação e recuperação ambiental, além de funções de policiamento, ou seja, monitorar a aplicação das leis de proteção a biodiversidade.

80

A destituição de Salles, na esteira da Operação Akuanduba, se deve à suspeita apresentada pela Polícia Federal (PF) ao Supremo Tribunal Federal (STF), que reputa fortes indícios de que o ministro esteja inserido em um grave esquema que facilita o contrabando de produtos florestais para os EUA. Salles foi acusado de contrariar “técnicos e impediu uma medida que aumentaria o controle sobre a exportação do ipê, a madeira brasileira mais valorizada – e ameaçada” (WERNECK *et al.*, 2021, p. 18).

À frente do Ministério do Meio Ambiente, Salles promoveu uma série episódios e uma agenda política, que, na verdade, atentaram contra o meio ambiente. Assim, o projeto da extrema-direita promove um conjunto de ações e políticas que representam o desmonte dos órgãos e entidades socioambientais, enfraquecendo suas autarquias, extinguindo setores e aparelhos de fiscalizações.

Entre algumas políticas antiambientais da gestão Salles, podemos citar o Projeto de Lei 191/20 que regulamenta a realização da pesquisa, a exploração de recursos

minerais (gás e petróleo) e a construção de hidrelétrica em terras indígenas, “mesmo sem autorização ou concordâncias dos povos afetados” (ASCEMA, 2020, n.p.).

Já em 2021, a Câmara aprovou o PL 3.729, a nova legislação exonera diversas empresas (das mais variadas atividades) da responsabilidade de realização de estudos de impactos ambientais, além disso, a Câmara dos Deputados volta do recesso e aprova “o PL 2.633, que facilita a privatização de terras públicas de até 600 hectares ocupadas ilegalmente e abre a possibilidade de anistia permanente à grilagem” (WERNECK; ANGELO; ARAÚJO, 2022, p. 49). Assim, além de privilegiar criminosos que invadiram e desmataram impunemente no passado, os supracitados PLs incentivam a perpetuação de tais práticas no campo. Cabe lembrar que a grilagem e a concentração de terras são os combustíveis que alimentam os números de violência e assassinatos nos rincões do Brasil.

Além de incentivar a prática de crimes ambientais, como ministro de Meio Ambiente, Salles promoveu um conjunto de ações que protegeram os infratores. Em 19/07/2019, Salles visitou madeireiros em Rondônia que receberam a fiscalização do Ibama com violência. Na ocasião, Salles afirmou que às pessoas de bem que trabalham neste país estão aqui representadas por todos vocês (infratores), dessa forma, demonstrou abertura às reivindicações dos madeireiros (ASCEMA, 2020).

Como exemplo do sucateamento e desmonte da ossatura material do Estado, podemos citar o Decreto nº 9806/2019, que substitui a composição e altera as funcionalidades do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Com esse decreto, Bolsonaro promoveu uma redução no número de integrantes do conselho, assim, a quantidade de servidores que eram de 96 caiu para 23, além disso, o número de cadeiras da sociedade civil foi reduzido de 23 para 4, rebaixando a representatividade e participação social em pautas importantes (WERNECK *et al.*, 2021).

Além da dissolução do Conama pelo supracitado (Decreto 9806/2019), o “Ministro do Meio Ambiente exonera 21 dos 27 superintendentes regionais do Ibama. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) perde 17% de seus analistas, assim, de 476 servidores na pasta

em 2018, o número caiu para 395” (ASCEMA, 2020, n.p.). Nesse caminho, o decreto erodiu a participação da sociedade civil em diversas instâncias do governo, sinalizando que a gestão Bolsonaro promoveu um cenário de retrocessos no que concerne a prática da democracia.

Outra estratégia posta em prática pelo governo Bolsonaro para enfraquecer e aparelhar os órgãos e entidades socioambientais foram os cortes no orçamento federal realizados em toda a sua gestão. Isto é, redução de recursos que deveriam ser empregados na fiscalização ambiental e no combate a incêndios florestais:

No fim de janeiro, ao sancionar o orçamento para 2022, Bolsonaro vetou R\$ 17,2 milhões para ações de prevenção e combate a incêndios do Ibama, que correspondem a um quarto do valor que havia sido aprovado pelo Congresso (R\$ 67,2 milhões) para essa atividade. O corte total no orçamento ambiental foi de R\$ 35 milhões, incluindo recursos para biodiversidade e recuperação ambiental (WERNECK; ANGELO; ARAÚJO, 2022, p. 14).

O governo Bolsonaro, além de estrangular órgãos ambientais, minando o orçamento ou sabotando ações de fiscalização, simultaneamente adotou uma política de punição zero, criando uma burocracia extra que favorece os infratores ambientais, ou seja, instituiu a conciliação, a renegociação e o perdão de multas. Enquadra-se neste contexto de paralisação da cobrança de multas ambientais destinadas a criminosos autuados, a publicação do Decreto 9760/2019 que altera as normas sobre o processo administrativo federal para apuração de infrações ao meio ambiente e, consequentemente, a efetivação de punições administrativas (ASCEMA, 2020). Assim, de abril de 2019 até outubro do ano de 2020, o Ibama realizou somente cinco audiências de um total de 7.205 agendadas (WERNECK *et al.*, 2021).

Ademais, a agenda política de Bolsonaro foi marcada pela hostilidade, perseguição e exoneração de servidores das principais “instituições estatais produtoras de informação e conhecimento, estratégicas para a tomada de decisões e desenvolvimento do país” (CASIMIRO, 2020, p. 16), entre elas o INPE, IBGE, IBAMA e o ICMBio. Em agosto

de 2019, Bolsonaro exonerou Ricardo Galvão (diretor do INPE). O corte pode ser entendido como um ato de represália do governo, ou seja, demonstra a irritação de Bolsonaro com os dados de monitoramento relativos ao desmatamento na Amazônia apresentados pelo INPE. No lugar de Galvão, quem assumiu foi o oficial da Aeronáutica Darcton Policarpo Damião. Nessa lógica, no dia 10 de março de 2020, o Ministro Ricardo Salles exonerou André Sócrates de Almeida Teixeira (Coordenador-geral para o monitoramento do uso da biodiversidade e comércio exterior do IBAMA). A exoneração foi uma retaliação ao servidor por ele ser contrário à exclusão das regras que impediam a exportação de madeira ilegal (ASCEMA, 2020).

Em seguida, como estratégia defensiva dos seus interesses, Bolsonaro indicou ou nomeou, para compor esses cargos “vagos”, representantes de grupos aliados, sem qualquer formação técnica ou experiência com as funcionalidades e responsabilidades dos postos que assumiram, como, por exemplo, militares, ruralistas e evangélicos. Dentro dessa lógica, o governo criou em 2020 o Conselho da Amazônia, instituído com 19 militares e 4 delegados da Polícia Federal, inteiramente desprovido de representantes do IBAMA, do ICMBio ou da Funai (ASCEMA, 2020).

Além de perseguições e exonerações, o governo usou da censura para intimidar servidores de órgão ambientais (IBAMA e ICMBio) ampliando o desmonte das leis que garantem a preservação e a soberania do território nacional. Em março de 2019, Salles instaurou a “lei da mordaça” no IBAMA e no ICMBio, assim, proibiu que os órgãos atendessem diretamente à imprensa. Uma tentativa de impedir que dados sobre o desmatamento fossem difundidos pela sociedade (ASCEMA, 2020). Intimidação a servidores também fez parte desse pacote de ditadura velada, pois, em 2020, o governo estendeu a lei da mordaça para as redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram) e aplicativos moveis (WhatsApp), ou seja, uma “nota técnica elaborada pela Comissão de Ética do IBAMA circulou ao longo do ano entre os servidores para coibir as manifestações políticas contrárias” a gestão Bolsonaro (WERNECK *et al.*, 2021, n.p.). Já o ICMBio proibiu os servidores de publicarem artigos científicos sem uma “filtragem” do órgão.

Abrandamento de leis ambientais, também fizeram parte do arcabouço de ações do governo contra o meio ambiente. Nesse caminho, nos anos de 2019 e 2020 foi registrada a menor média de autos por infrações contra a flora na região da Amazônia (2.610 autos por ano), ou seja, uma redução de 46% em relação à média verificada na década anterior (4.868 autos por ano) (WERNECK; ANGELO, 2021).

Ainda ocupando o cargo do executivo, Jair Bolsonaro esteve presente no evento (Circuito AGRO) promovido pelo Banco do Brasil, realizado no dia 17 de janeiro de 2022, onde comemorou o afrouxamento das fiscalizações ambientais. Em seu discurso de abertura do evento, o mandatário se gabou da redução das multas no campo em mais de 80%, além disso, creditou tal dado ao legado deixado pelo ex-ministro Salles (MMA) e à ex-ministra Teresa Cristina (MAPA), enfatizando o compromisso do seu governo com o produtor, sobretudo com setor agroindustrial (WERNECK; ANGELO; ARAÚJO, 2022).

As ações de Salles a frente do MMA, contribuíram para o aumento metódico e desenfreado do desmatamento no Brasil. Nesse rastro, a política antiambiental de Bolsonaro causou o desaparecimento de 56 mil quilômetros quadrados de vegetação nativa na Amazônia e no Cerrado, uma área equivalente à metade do território de Cuba. Só na Amazônia, uma área maior que a Bélgica foi sistematicamente desmatada desde 2019, ademais, o Brasil liderou o desmatamento de florestas primárias em 2020 (WERNECK; ANGELO; ARAÚJO, 2022). Além disso, os embargos e autuações efetuadas pelo IBAMA até abril de 2021 contemplaram apenas 2% dos desmatamentos e 5% da área desmatada identificada entre 2019 e 2020 (MAPBIOMAS, 2021).

O governo Bolsonaro também foi marcado pelo aumento do número de incêndios criminosos no país, os quais, em sua maioria, estavam ligados às atividades do setor do agronegócio. Segundo o MAPBIOMAS (2021) em 2020 nos seis biomas brasileiros houve um aumento de 13,6% da área desmatada (1.385.343 hectares) e de 30,2% nos alertas de focos de incêndios (74.218) quando comparados com 2019. Só no bioma Amazonas, em 2020, o número de focos de incêndio subiu 15% em relação a 2019 (WERNECK *et al.*, 2021).

Em meio aos recordes de devastação dos biomas brasileiros, em agosto de 2019, ocorreu um fato esdrúxulo e inédito na história do país, estimulados “pelo Presidente Bolsonaro, fazendeiros e grileiros de terra da região de Novo Progresso no sudoeste do Pará realizam [...]a queima coordenada de pastagens, áreas invadidas e desmatamento” (ASCEMA, 2020, n.p.). Esse triste evento de degradação ambiental ficou conhecido como “dia do fogo”. Grande parte dessas áreas queimadas, atualmente, encontram-se destruídas, outras porções tornaram-se fazendas de gado.

Na abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU em 2020, Bolsonaro proferiu um discurso classificado pelo Observatório do Clima como “calculadamente delirante”, assim, desmentiu os números recordes de desmatamento e queimadas no Brasil, ademais, atacou as denúncias ao seu governo realizadas por instituições e entidades científicas nacionais e internacionais, relativas as suas políticas antiambientais. Nesse caminho, Bolsonaro revidou tais críticas com ataques discursivos truculentos e vexatórios, além disso, com uma postura autoritária e negacionista, negou os problemas (desmatamentos e queimadas) e transferiu a culpa (autoria desses eventos) para as vítimas atingidas por tais infortúnios (índios e quilombolas) (WERNECK *et al.*, 2021).

Em 2020, o fogo também castigou o Pantanal, a maior planície alagada do mundo, destacamos que parte do fogo que devastou o bioma mato-grossense no referido ano, “teve origem em fazendas de pecuaristas que vendem gado para o grupo Amaggi, do ex-ministro e ex-senador Blairo Maggi” (CAMARGOS; CAMPOS, 2020, n.p.). A Amaggi é uma empresa multinacional brasileira considerada um dos maiores nomes da produção de soja mundial, este grupo empresarial é fornecedor da gigante JBS, cuja sigla é uma homenagem ao seu fundador (José Batista Sobrinho). A JBS é a companhia do agronegócio brasileiro com maior valor de mercado e a maior produtora de proteína animal do mundo. Neste triste episódio, cerca de 30% do bioma foi dizimado pelo fogo, mais de 17 milhões de animais morreram carbonizados. Um verdadeiro ecocídio (NANNINI; CASIMIRO, 2022).

Para o Governo Bolsonaro, a delimitação de reservas indígenas, unidades de conservação e territórios quilombolas, eram considerados empecilhos ao desenvolvimento econômico do Brasil. Muros edificadas pelo ativismo ambiental e social que prejudicam os interesses do setor do agronegócio, pois, constituem-se em barreiras contra a pilhagem dos recursos naturais brasileiros promovidos por corporações de *commodities* nacionais ou estrangeiras. Destacamos que “27%⁴ do território nacional está bloqueado aos interesses do capital” (CARVALHO; OLIVEIRA, 2021, p. 46).

Nesse sentido, o desmonte dos órgãos e secretarias responsáveis pelos atributos legais que asseguram a esses territórios os direitos a uma frágil proteção, tornou-se uma das principais pautas da agenda política do governo Bolsonaro em favor do agronegócio.

Dessa forma, os representantes do agronegócio usam da sua hegemonia política e econômica para manobrar decisões políticas, tanto no Executivo quanto no Legislativo, ou seja, em benefício do setor. Consequentemente, convertem as instâncias do poder legislativo em uma máquina que promove ações que impedem a desapropriação das terras improdutivas no Brasil. Em contrapartida, inseridos no Estado restrito, esses atores redefinem a política de reforma agrária e favorecem o avanço do agronegócio sobre Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Estratégia que aponta para uma política fundiária que ampara os setores patronais e perpetua a concentração de terras e de renda no Brasil.

Consequentemente, Bolsonaro foi o primeiro presidente eleito democraticamente no período pós-ditadura civil-militar que não demarcou nenhuma terra indígena no país. Feito que descumpra uma obrigação constitucional (WERNECK; ANGELO; ARAÚJO, 2022). Todavia, seu governo se destacou pelo empenho em reduzir áreas demarcadas:

4 Ou seja, áreas do território destinadas à proteção, preservação, ocupação e demais usos no Brasil, distribuídas da seguinte maneira: Assentamentos de reforma agrária que representam 4,9% do território brasileiro, as Unidades de Conservação de Uso Sustentável 4,7%, as Unidades de Conservação de Proteção Integral 3,9%, as Terras indígenas 13,3% e os Territórios quilombolas 0,11%, que constituem os 27,0% do território nacional que está protegido por lei dos interesses do capital (CARVALHO; OLIVEIRA, 2021).

Segue em banho-maria no Supremo Tribunal Federal (STF) o julgamento que poderá definir o futuro (ou não) dos povos indígenas no país. É a tese do chamado “marco temporal”, segundo a qual indígenas que não estivessem ocupando suas terras em 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Constituição, perderiam o direito a demarcação (WERNECK; ANGELO; ARAÚJO, 2022, p. 20 e 21).

Além disso, a gestão Bolsonaro executou diversas ações com impactos diretos nas comunidades e nos povos tradicionais do Brasil. Consequentemente, o número de invasões de terras indígenas, entre 2019 e 2022, explodiram, especialmente na Amazônia. Trabalhos publicados pelo Conselho Indigenista Missionário apontam que a expropriação de territórios tradicionais teve um aumento de 35% em 2019, onde foram registrados 256 casos de invasões possessórias, extração ilegal de recursos naturais e numerosos estragos ao patrimônio (256 ocorrências registradas) (WERNECK *et al.*, 2021). Episódios fatídicos como os assassinatos de indígenas tiveram um acréscimo 61% de 2019 para o ano de 2020 e o aumento de invasões possessórias foi de 141%. Ademais, segundo “a CPT, foram registradas 103 mortes no ano passado, contra apenas nove em 2020. Dessas 103, 101 foram de indígenas Yanomami” (ANTUNES; NEVES, 2022, n.p.).

87

Dessa forma, a governança antiambiental e anti-indígena produziu e intensificou uma crise humanitária que vem assolando os povos originários do Brasil. Esse quadro, além de engendrar um cenário ambiental trágico, promove uma explosão de casos de COVID-19, assim, cabe destacar que a “taxa de mortalidade entre a população indígena é de 991 por milhão, 16% superior à mortalidade geral no Brasil pela doença, hoje em 852 por milhão” (WELLE, 2020, n.p.). No entanto, conivente com a tragédia, Bolsonaro recusou-se a prestar socorro aos povos originários; não obstante, sancionou vetos às leis que preveem medidas emergenciais, negando assistência médica ou boicotando a entrega de produtos de higiene, leitos hospitalares e respiradores às aldeias.

Na agenda política da terra, destacou-se Nabhan Garcia que é ex-presidente da (UDR), entidade polêmica do patronato rural, investigada por articular e encorajar milícias rurais no campo. Além disso, no governo Bolsonaro, essa agremiação facilitou

diversos arrendamentos ilegais destinados a sojicultores em terras indígenas. Práticas realizadas com a anuência do presidente da Fundação Nacional do Índio, Marcelo Xavier, um implacável defensor do Agro e notório partidário de interesses ruralistas (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022).

Com Nabhan Garcia à frente da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, outra pauta muito defendida por Bolsonaro ganhou voz: “armar o povo”. Conforme Firmiano (2020), a UDR é uma célebre entidade defensora do direito da propriedade privada, e, historicamente, sua reputação beligerante foi construída pelo extremismo de seus princípios, principalmente, por advogar a favor uso de armas para solucionar os conflitos no campo. Ou seja, empregar o uso da violência como uma forma de proteger a concentração de terra no país.

Assim, além de promover o avanço do capital sobre todas as categorias fundiárias, sobretudo, em terras indígenas e unidades de conservação, o governo valeu-se da seguinte estratégia: subverter o significado dos movimentos sociais em prol da reforma agrária, rotulando suas lutas históricas como atos terroristas e seus líderes como criminosos. Para isso, contou com o amparo do (PLS 272/2016⁵), Projeto Lei que endurece a Lei Antiterrorismo (13.260/2016), e, paralelamente, o governo comprometeu-se com ações políticas para justificar e legalizar a posse de arma pelos grandes produtores rurais, como o Decreto 9.847, de 25 de junho de 2019. Assim, com os discursos de salvaguardar a propriedade privada e de combater a criminalidade, que segundo Bolsonaro, se instala nos assentamentos dos movimentos de reforma agrária: “O Congresso Nacional aprovou e Bolsonaro sancionou a Lei 13.870/2019, que amplia o armamento rural” (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020, p. 299).

Na sua agenda política da terra, Bolsonaro não só manteve, mas também ampliou as diretrizes de governos passados (Dilma e Temer). No que concerne à reforma agrária, estiveram “mantidas as narrativas de titulação de lotes, paralisação total da obtenção de

5 Para saber mais: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/11/20/pl-que-endurece-lei-antiterrorismo-pretende-criar-o-terrorista-afirma-jurista>>. Acesso em 05/01/2022.

novas áreas e mesmo desistência da desapropriação de áreas já decretadas para projetos de assentamentos” (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020, p. 299). A paralisação e o estrangulamento orçamentário da política agrária, além de extinguir qualquer programa que viabilize a reorganização das terras no campo no Brasil, reforça o discurso de que para se produzir, precisa-se de novas terras, justificando as investidas do agronegócio sobre o estoque de terras públicas.

O programa de titulação de terras retirou do Incra algumas atribuições no que concerne à regularização fundiária de terras públicas ocupadas irregularmente, e delegou para as prefeituras municipais algumas responsabilidades, tais como a coleta de informações e documentação de imóveis rurais. Assim, com respaldo da Portaria Conjunta nº 1:

Cada prefeitura do país poderá criar um “núcleo de regularização fundiária” e designar funcionários para serem treinados pelo Incra. E o próprio município poderá titular ocupações em terras públicas federais. Considerando que os municípios são pouco equipados, pouco dotados de recursos humanos e que em cidades como Novo Progresso (PA) até prefeitos são suspeitos de grilagem, a portaria pode regularizar “toda a grilagem de terras no Brasil” (WERNECK *et al.*, 2021).

89

No Brasil, posse de grandes extensões de terra é sinônimo de poder. Consequentemente, em diversos municípios, as práticas socioeconômicas são definidas por uma elite ligada ao patronato agrário, grupo que conta com forte influência nas questões políticas, sociais e econômicas da região. Assim, contam com poder simbólico e com a posse dos mecanismos legais, para pressionarem as prefeituras no processo de coleta de dados, na organização de documentos e na realização de vistorias nos imóveis rurais, conjunto que possibilita as ações que efetivam a regularização e titulação de terras.

O título de posse outorga ao beneficiário os direitos integrais sobre a propriedade, inclusive o direito de venda. Consequentemente, tal governança fundiária desencadeia um ataque massivo das entidades patronais aos órgãos do Estado encarregados pelas

políticas públicas direcionadas aos assentamentos que ficam abandonados em relação ao governo. Dessa forma, sem a infraestrutura básica, desprovidos do assistencialismo técnico e subsídios financeiros, ou seja, sem conseguir produzir, sem ter os meios para garantir sua existência e pressionadas pelo agronegócio que avança sobre suas fronteiras, as famílias assentadas são obrigadas a vender as suas propriedades (NANNINI; CASIMIRO, 2022).

Por conseguinte, como apresenta Firmiano (2020) a estratégia de conceder o título definitivo aos assentados, na verdade, criou um “balcão de negócios”, disponibilizando ao mercado fundiário cerca de 87 milhões de hectares de terra. Assim, no governo Bolsonaro, ocorreu a materialização de um cenário social, econômico e ambiental, para dizer no mínimo, trágico.

Nesse caminho, além da crise socioambiental agravada pela pandemia de COVID-19, o ano de 2020 também foi marcado por outra tragédia que assola a vida de milhões de brasileiros: a fome. A fome é um problema social que revela as fragilidades e contradições do modelo de produção hegemônico do agronegócio, pois, em 2020, “o país bateu recordes de produção agrícola e pecuária, ao passo que os preços dos alimentos subiram de forma avassaladora e a fome voltou a ser uma realidade cotidiana” (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021, p. 30). Conforme o “2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”, estudo realizado pelo pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, em 2022 cerca de 125,2 milhões de brasileiros e brasileiras vivem com algum grau de insegurança alimentar e “33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer diariamente” (SILVEIRA, 2022, n.p.), convivem com a fome.

Nas últimas décadas, o Agronegócio, como modelo de produção agropecuário, priorizou a produção das *commodities*, processo que levou a redução de áreas voltadas ao cultivo de gêneros agropecuários destinados ao mercado interno e à alimentação humana. O preço das *commodities* é estabelecido pelas leis da oferta e da demanda no mercado internacional, e esses produtos são negociados em larga escala em bolsas

internacionais. Assim, quando os preços delas sobem no mercado externo, os produtores brasileiros preferem exportar, pois no mercado internacional as *commodities* são compradas com Dólar, moeda muito mais valorizada que o Real (moeda brasileira), fato que obriga o mercado nacional a pagar o mesmo valor.

A exportação em larga escala da maior parcela de determinados itens (arroz, carne, açúcar) produzidos pela agropecuária brasileira, contribui para o aumento do preço de diversos produtos alimentícios no mercado nacional, principalmente, aqueles que têm as *commodities* como matéria-prima, como, por exemplo, o óleo de soja. Ademais, segundo o IBGE (2021), o número de desempregados no 2º trimestre de 2021 chegou a 14,4 milhões de pessoas e a taxa de desemprego em 14,1%. Em paralelo, desde 2020, ocorre o aumento dos preços dos alimentos em 14,09%, e a inflação oficial bateu 6,29% (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021). Esse quadro contribui para o atual estado de penúria de milhões de brasileiros que passam fome:

O óleo de soja no país, que é o maior produtor do grão, subiu 104%. Somos o maior produtor de carnes no mundo, sendo que as carnes subiram 17,9%. Outros alimentos padeceram do mesmo aumento: arroz e feijão fradinho, bases na alimentação dos brasileiros, [...] soma-se os aumentos da tarifa de energia, 9,2%, e do botijão de gás, 9,1% para mensurar o impacto nas famílias (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021, p. 32).

No governo Bolsonaro ocorreu o aumento paulatino do desmatamento e de queimadas, o avanço do garimpo sobre Unidades de conservação e terras indígenas, o desmonte dos órgãos de fiscalização e o desrespeito às normas ambientais. Ademais, temos as denúncias direcionadas ao agronegócio relacionadas aos casos que envolvem a prática de atividades análogas ao trabalho escravo. Soma-se a essa realidade a política de confronto de Bolsonaro que geraram recentemente um aumento de tensões com a China, a principal parceira comercial do Brasil. Essas situações tensionam e mobilizam conflitos interburgueses, abrindo fissuras neste que um dos pilares fundamentais do projeto de hegemonia da extrema-direita bolsonarista.

Contexto que resulta em uma imagem irrecuperável no cenário mundial, ou seja, o Brasil deixou de ser potência econômica emergente e passou a ser à pária internacional, algo muito grave para um país exportador de *commodities*:

No fim de 2021, o agronegócio brasileiro amargou mais um boicote: cinco grandes redes de supermercados europeus, incluindo a britânica Sainsbury's e a gigante holandesa Albert Heijn, anunciaram formalmente que não venderão mais carne brasileira, após uma investigação da ONG Repórter Brasil ter mostrado que a multinacional JBS vendia carne oriunda de áreas com desmate ilegal (WERNECK; ANGELO; ARAÚJO, 2022, p. 9).

Se, por um lado, as políticas do governo Bolsonaro atenderam de maneira eficiente aos anseios de frações da burguesia agroindustrial brasileira, por outro, tais políticas ameaçaram interesses de setores do Agro, principalmente aqueles mais internacionalizados, à medida que, o Brasil começa a ficar de fora de determinados acordos comerciais importantes com grandes economias mundiais (NANNINI; CASIMIRO, 2022). Em consequência, o cenário de destruição ambiental, de crise econômica engendrado pela agenda política (2019-2022), além da perda da credibilidade do governo brasileiro no cenário político-econômico internacional, fizeram com que as principais entidades do agronegócio retirassem o apoio a Bolsonaro no pleito de 2022.

Toda essa discussão corrobora a concepção que demonstra a insustentabilidade do *modus operandi* do agronegócio. Assim como o próprio caráter contraditório do capital, na busca crescente pela ampliação das taxas de lucro e acumulação, o agronegócio engendra um cenário de devastação ambiental e barbárie social, que a longo prazo, coloca em xeque as suas próprias estruturas.

Considerações finais

O agronegócio, setor que conta com ampla representatividade na FPA, coloca em

prática um conjunto de ações necessárias à construção da hegemonia; assim, seus atores investem majoritariamente no campo de atuação ideopolítica – ou seja, buscando o consenso entre seus pares e a convergência de interesses entre aliados (embora o agronegócio seja um setor heterogêneo).

Assim, mais do que uma associação de interesses, a concertação política do agronegócio é um sistema. Sua estrutura é sustentada por um conjunto de conexões nacionais e internacionais, ou seja, pelo *lobby* (relação da bancada ruralista e empresas privadas), consequentemente, o *lobby* do agronegócio é bancado por algumas das multinacionais mais poderosas do mundo. Além disso, seus representantes, inseridos no estado restrito, dominam o poder Legislativo, dessa forma, o Agro firma-se como a principal força política, ideológica e econômica do país, sendo responsável pelo retrocesso da legislação ambiental e das leis de defesa dos povos tradicionais.

Como apresentado neste trabalho, a base de apoio do governo Bolsonaro agrupou os setores mais conservadores da sociedade brasileira (grandes proprietários de terras, grupos religiosos e militares), atores atuantes no Congresso Nacional e apoiadores de Bolsonaro, ou seja, devido os discursos do ex-presidente ao longo da sua vida política, tais como: acabar com o ativismo ambiental, flexibilização das leis ambientais, liberação do porte de armas, fim de qualquer política em prol da reforma agrária. Assim, o que percebemos nos quatro anos do governo Bolsonaro (2019-2022), foi a ampliação da hegemonia (política, econômica e cultural) do agronegócio – e, consequentemente, o aumento da barbárie socioambiental no país.

Consciente do poder político e econômico do agronegócio, Bolsonaro e sua equipe ministerial não mediram esforços para salvar o setor. Assim, transformaram o aparato institucional do Estado em um mecanismo que criou imunidades implícitas, legalizando o desmatamento e a violência no campo, mediante leis e normas que favoreceram a manutenção e ampliação do quadro trágico que o país vivenciou na presidência Bolsonaro, seja na esfera social, econômica ou ambiental.

O agronegócio estava muito bem representado no Congresso Nacional, pois a

Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) chegou a ocupar cinco ministérios no governo Bolsonaro “(MAPA, Casa Civil, Saúde, Cidadania e Turismo e, pelas declarações e ações, podemos incluir aqui o Ministério do Meio Ambiente)” (MOREIRA; SOUZA; OLIVEIRA, 2020, p. 34). Dessa forma, controlaram importantes comissões no congresso e as decisões dos seus membros tiveram um impacto significativo nas políticas públicas no âmbito do Poder Legislativo e capacidade de pressão sobre o Judiciário. E por representar os interesses dos grandes produtores rurais e latifundiários, a FPA defendeu e favoreceu a aprovação de políticas públicas que privilegiaram o agronegócio.

Por fim, no Brasil, como apresentado, terra sempre foi sinônimo de poder, e quem domina grandes extensões desse recurso natural concentra em suas mãos um expressivo volume de capitais: econômico, cultural e simbólico. As frações burguesas agroindustriais estruturam-se em um expressivo e articulado arranjo de atuação política e ideológica, como forma de reprodução e atualização de suas estratégias de acumulação. O projeto de hegemonia da extrema-direita bolsonarista, por conseguinte, representou e representa o verdadeiro partido da ordem do agronegócio no Brasil.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à Comissão Editorial de **AMBIENTES**: Revista de Geografia e Ecologia Política pela revisão e pelos apontamentos prestimosos que contribuíram para a concretude deste trabalho. Agradeço ao meu querido professor e amigo, Prof. Dr. Flávio Henrique Calheiros Casimiro, que além de grande historiador e pesquisador da nova direita no Brasil (referência deste artigo), sempre me apoiou desde os meus primeiros passos como pesquisador.

Referências

- ALENTEJANO, Paulo. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, nº 42, v. 4, pp. 251-285, 2020.
- ANTUNES, André; NEVES, Julia. **Invasão do garimpo em terras indígenas deixa rastro de desmatamento e violência**. Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio, 2022. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/invasao-do-garimpo-em-terras-indigenas-deixa-rastro-de-desmatamento-e-violencia>>. Acesso em 22/07/2022.
- ASCEMA – Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente. **Cronologia de um desastre anunciado: Ações do Governo Bolsonaro para desmontar as políticas de Meio Ambiente no Brasil**. SCEN/SAIN trecho 2 – Ed. Brasília, 2020.
- BASSI, Bruno Stankevicius; MORAIS, Katarina; Fuhrmann, Leonardo; PEREIRA, Lorena Izá; RAMOS, Mariana Franco. **Os operadores da boiada: conheça os parlamentares ruralistas responsáveis pelo desmonte socioambiental**. São Paulo: Observatório do Agronegócio no Brasil, 2022. v. 1. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2022/09/28/conheca-um-a-um-os-principais-responsaveis-pela-boiada-no-congresso/>>. Acesso em 12/02/2023.
- CAMARGOS, Daniel; CAMPOS, André. Fogo no Pantanal mato-grossense começou em fazendas de pecuaristas que fornecem para gigantes do agronegócio. **Repórter Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2020/09/fogo-no-pantanal-mato-grossense-comecou-em-fazendas-de-pecuaristas-que-fornecem-para-gigantes-do-agronegocio/>>. Acesso em 13/01/2021.
- CARVALHO, Jéssyca Tomaz de.; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. O agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante. **Revista NERA**, v. 24, nº 58, pp. 28-55, 2021.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A Nova Direita no Brasil: Aparelhos de Ação Político-Ideológica e a Atualização das Estratégias de Dominação Burguesa (1980-**

2014). Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

CASIMIRO, Flavio Henrique Calheiros. **A Nova Direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASIMIRO, Flavio Henrique Calheiros. **A tragédia e a farsa**: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CASTILHO, Alceu Luís; FIALHO, Bernardo; BASSI, Bruno Stankevicius; EUGÊNIO, Cláudio; PEREIRA, Lorena Izá; JACOB, Luciana Buainain; INDRIUNAS, Luís. **Como o governo Bolsonaro Transformou o Ministério do Meio Ambiente em um aliado do setor privado e dos desmatadores**. São Paulo: Observatório do Agronegócio no Brasil, 2022. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2022/09/12/ricardo-salles-e-equipe-do-mma-se-reuniram-31-vezes-com-industria-automobilistica/>>. Acesso em 23/02/2023.

96

DE OLHO NOS RURALISTAS. **Os Financiadores da Boiada**: como as multinacionais do agronegócio sustentam a bancada ruralista e patrocinam o desmonte socioambiental. São Paulo: Observatório do Agronegócio no Brasil, 2022. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Os-Financiadores-da-Destruicao-2022-ptbr.pdf>>. Acesso em 26/07/2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano.; CLEPS JUNIOR, João.; SOBREIRO FILHO, Jose.; LEITE, Acácio.; SODRÉ, Ronaldo. A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 333–362, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7787>. Acesso em: 12 jun. 2023.

FERRAZ, Ricardo. Presença de militares em cargos civis dispara sob Bolsonaro, revela estudo, **Veja**, 2022. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/presenca-de-militares-em-cargos-civis-dispara-sob-bolsonaro-revela-estudo/>>. Acesso em 28/11/2022.

FIRMIANO, Frederico Daia. “Quem lamenta os estragos – se os frutos são prazeres?” O bloco de poder agro do governo Bolsonaro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, nº 2, pp. 364-387, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

INDRIUNAS, Luís. Bolsonaro promove garimpo em terras indígenas e “delega” mineração empresarial ao MDB, aponta dossiê. **De olho nos ruralistas**. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2022/09/21/bolsonaro-promove-garimpo-em-terras-indigenas-e-delega-mineracao-empresarial-ao-mdb-aponta-dossie/>>. Acesso em 24/02/2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em 21/11/2021.

LAVIERI, Fernando; VILARDAGA, Vicente. Por dentro da mente dos negacionistas. **Isto é**, 2021. Disponível em: <<https://istoe.com.br/por-dentro-da-mente-dos-negacionistas/>>. Acesso em 17/12/2021.

MALUF, Renato Sergio Jamil. (org.) **Insegurança Alimentar e COVID-19 no Brasil**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021.

MAPBIOMAS. **Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2020** - São Paulo, Brasil - MapBiomass, 2021.

MARTINS, Fernando. Bolsonaro diz que presidente não precisa saber de economia. Ele tem razão? **Gazeta do Povo**, 2017. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/bolsonaro-diz-que-presidente-nao-precisa-saber-de-economia-ele-tem-razao-4won2aahcaoex6jua4id1gunu/>>. Acesso em 29/07/2022.

MENDONÇA, Sonia Regina. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo**, v. 2, nº 2, pp. 28-43, 2014.

- MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo. **Friedrich-Ebert-Stiftung** – Agronegócio: um negócio global, São Paulo, 2021. Mudança climática, energia e meio ambiente. São Paulo: FES, 2021.
- MOREIRA, Maria de Souza; SOUZA, Maria José de Andrade; OLIVEIRA, Valter Lucio. O agronegócio, a contrarreforma agrária e a luta por direitos no campo. In: OLIVEIRA, Valter Lucio.; RIBEIRO, Ana Maria Motta.; LOBÃO, Ronaldo (org.). **O Brasil que arde e a boiada que passa: instituições, conflitos e relações de poder**. 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2020, v. 1, p. 19-72.
- MIRANDA, Napoleão; LOPES, Cláudio Ribeiro. Concretudes do desenvolvimento insustentável: as duas maiores papeleiras do mundo e seus cativeiros de papel na região do bolsão sul-matogrossense. In: OLIVEIRA, Valter Lucio.; RIBEIRO, Ana Maria Motta.; LOBÃO, Ronaldo (org.). **O Brasil que arde e a boiada que passa: instituições, conflitos e relações de poder**. 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2020, v. 1, p. 93-119.
- NANNINI, Warllen Torres. A consolidação do agronegócio como modelo de produção hegemônico no Brasil e as externalidades da sua expansão. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 4, nº 1, pp. 72–127, 2022.
- NANNINI, Warllen Torres; CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. “Agro”, a principal base de sustentação da extremadireita bolsonarista: aprofundamento das desigualdades e barbárie socioambiental. IN: SOUZA, Aurélio Dias de Marco; CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros (org.). **Pesquisas sobre direitos no Brasil**. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2022. E-book (PDF,). ISBN 978-85-8413-300-0. p. 133- 161.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iãnde, 2016.
- OLIVEIRA, Clarissa Reis. **Quem é quem nas discussões do novo código da mineração**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2014.

OLIVEIRA, Valter Lucio; RIBEIRO, Ana Maria Motta; LOBÃO, Ronaldo. A gestão caótica da pandemia do coronavírus como *modus operandi* do governo Bolsonaro. In: OLIVEIRA, Valter Lucio.; RIBEIRO, Ana Maria Motta.; LOBÃO, Ronaldo (org.). **O Brasil que arde e a boiada que passa**: instituições, conflitos e relações de poder. 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2020, v. 1, p. 7- 19.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Em cotutela com Harvard University.

POMPEIA, Caio. Agro é tudo: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horizontes Antropológicos**, v. 26, nº 56, pp. 195-224, 2020.

POMPEIA, Caio. A reascensão da extrema direita entre representações políticas dos sistemas alimentares. **Revista Antropolítica**, v. 3, nº 53, pp. 115-139, 2021.

SILVEIRA, Daniel. Fome no Brasil: número de brasileiros sem ter o que comer quase dobra em 2 anos de pandemia. **G1**, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/08/fome-no-brasil-numero-de-brasileiros-sem-ter-o-que-comer-quase-dobra-em-2-anos-de-pandemia.ghtml>>. Acesso em 27/07/2022.

99

SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Zuniga; TUBINO, Nilton Luís Godoy. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16. nº 29, pp. 285-318, 2020.

WELLE, Deutsche. Mortalidade por covid-19 entre indígenas é 16% maior. **Poder 360**, 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/mortalidade-por-covid-19-entre-indigenas-e-16-maior-dw/>>. Acesso em 20/12/2021.

WERNECK, Felipe; ANGELO, Claudio; SORDI, Jaqueline; ARAÚJO, Suely. “**Passando a Boiada**”. O segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. Observatório do Clima, 2021. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/01/Passando-a-boiada-1.pdf>>. Acesso em 28/04/2021.

WERNECK, Felipe; ANGELO, Claudio. **Brasil**: 1000 dias de destruição. Como Jair Bolsonaro se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo. São Paulo:

Observatório do Clima, 2021. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/brasil-1-000-dias-de-destruicao-2/>>. Acesso em 29/12/2021.

WERNECK, Felipe; ANGELO, Claudio; ARAÚJO, Suely. **A conta chegou:** o terceiro ano de destruição ambiental sob Jair Bolsonaro. São Paulo: Observatório do Clima, 2022. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2022/02/A-conta-chegou-HD.pdf>>. Acesso em 27/09/2022.

Warllen Torres Nannini é mestre em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pelo IFSULDEMINAS, Campus Poços de Caldas. Atua como professor de Geografia na Rede federal e municipal de Botelhos/MG. **E-mail:** warllentorresnannini@hotmail.com

Artigo enviado em 06/01/2023 e aprovado em 13/04/2023.